



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES

10 Pontos nos 10 anos da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Europa

Tomada de Posição das organizações da sociedade civil sobre a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Europa

Este documento transcreve a opinião das organizações da sociedade civil sobre a implementação da RCSNU 1325 e sobre os compromissos da Europa nas áreas de “mulheres, paz e segurança”, incluindo 10 sugestões a serem implementadas no futuro.

Este ano (2010) marca o décimo aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS).¹ A aprovação da Resolução 1325 pelo Conselho de Segurança da ONU representou um marco: pela primeira vez o Conselho de Segurança referiu-se às experiências e contribuições distintas das mulheres no contexto de paz e segurança. A Resolução 1325 refere-se à participação total e igual das mulheres, e à integração de uma perspectiva de género em todas as iniciativas de paz e segurança. Envolve as áreas temáticas e interligadas da participação, protecção, prevenção, ajuda e recuperação. As Resoluções 1820, 1888 e 1889 reforçam e complementam a 1325, e estas quatro deveriam ser consideradas a base dos compromissos sobre MPS. A implementação destes compromissos é uma preocupação e uma responsabilidade comuns de todos os Estados-Membros da ONU – quer sejam afectados por conflitos, doadores ou outros.

A Europa é uma pioneira quanto aos esforços para a implementação da Resolução 1325 e as três outras. A maioria dos planos nacionais de acção sobre MPS tem origem na Europa. Ao nível da União Europeia existe a *Abordagem global da implementação pela UE das Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as mulheres, a paz e a segurança*, completada pela *Implementação da RCSNU 1325 reforçada pela RCSNU 1820 no contexto da PESC*. Existem também referências à RCSUN 1325 em documentos estratégicos e resoluções relacionadas com MPS foram adoptadas nos parlamentos nacionais.

Posto isto, existe uma lacuna entre a política e a prática europeias. A real implementação requer a existência de programas concretos, calendarizados e responsivos, recursos e mecanismos de avaliação. Além disso a União Europeia deveria praticar o que defende. Deveria aumentar o número de mulheres que trabalham nos seus próprios institutos, nomear mulheres para cargos de nível superior ao nível nacional, regional e internacional. Os estados membros da União Europeia (EM) têm um papel chave na promoção para a implementação da RCS 1325 no nível europeu. São eles que propõem candidatas para os cargos de topo da EU, desenvolvem os mandatos para as missões da Política de Defesa e Segurança Comum (PDSC), organizam formações pré-deployment, punem a violência sexual e de género, etc.

¹ 2010 é o ano da revisão +10 dos objectivos de desenvolvimento do milénio

O décimo aniversário da Resolução 1325 não é um momento de celebração e de descanso. Pelo contrário, Outubro de 2010 deveria ser o início de uma agenda revigorada para a implementação da Resolução 1325, que não pode ser adiada sem liderança política, aos níveis mais altos, e crescentes recursos. Além disso, os esforços para incluir a participação das mulheres na construção da paz, e para visar as suas necessidades, deveriam ser orientados por uma abordagem mais alargada ao género. Para ser eficaz, a resolução 1325 não deveria só englobar as mulheres: incluir os homens e discutir quais os seus papéis em questões de paz e segurança são elementos críticos para o sucesso da implementação da Resolução 1325.

10 sugestões da sociedade civil para a promoção da implementação da RCS 1325, e os compromissos relacionados ao nível da MPS na Europa:

1. Priorizar, permitir e reforçar a participação de mulheres nas questões de paz e segurança.
2. Incluir um conjunto de normas mínimas em todos os planos / estratégias de MPS.
3. Incluir as organizações da sociedade civil no desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação (M&E) dos planos MPS
4. Incluir indicadores significativos e mecanismos de M&E nos planos de acção e estratégias de MPS
5. Alocar recursos específicos de MPS (financeiros e humanos)
6. Nomear uma alta-representante para “mulheres, paz e segurança”
7. Garantir que o Serviço Europeu de Acção Externa contribui para a crescente implementação da Resolução 1325 e Resoluções relacionadas, e que funcione de acordo com os compromissos MPS
8. Reforçar a Task Force da UE sobre MPS, tendo em vista uma maior coordenação e implementação
9. Assegurar a implementação dos compromissos de MPS nas missões PDSC
10. Preparar um relatório anual sobre a implementação dos compromissos MPS na Europa

10 PONTOS

1. Priorizar, permitir e reforçar a participação de mulheres nas questões de paz e segurança

Além de incluir a perspectiva de género em qualquer um dos seus próprios esforços, a União Europeia deveria apoiar a participação de mulheres (incluindo grupos de mulheres e sobreviventes) como actores chave em todas as iniciativas de paz e de segurança. Este apoio deve ser tanto político como financeiro. Nas tentativas da União Europeia em apoiar processos de paz, por exemplo através da criação de um espaço para as negociações de paz, ou nomear representantes especiais, a UE deve tornar a participação das mulheres num objectivo específico e uma condição das suas acções. Ao apoiar os projetos e reformas das instituições governamentais, a UE deveria apoiar

a presença e eficácia das mulheres nas instituições representativas (incluindo quotas e outras medidas especiais), e os órgãos públicos oficiais, incluindo o sistema judicial, militar e policial, assim como instituições financeiras públicas. É preciso nomear mais mulheres para as equipas de resposta civis e militares. A Comissão, o Conselho e os estados membros devem promover e apoiar activamente o empoderamento das mulheres, para que estas possam participar nas relações bilaterais e multilaterais com estados e organizações fora da União Europeia. Para além do mais é necessário aumentar o apoio em capacity-building, para assegurar a participação significativa das mulheres nos processos de paz e além. As mulheres precisam de ser capazes de participar activamente e eficazmente nos órgãos legislativos e executivos.

- Indicador de sucesso: em Outubro de 2011 a União Europeia não deve apoiar os processos de paz, onde não há mulheres nas mesas de negociação

2. Incluir um conjunto de normas mínimas em todos os planos / estratégias de MPS.

A maneira a mais eficaz de passar das palavras à acção, na Resolução 1325, é através da criação de planos de acção e estratégias de MPS. Por esta razão, é necessário desenvolver planos de acção ou estratégias específicas de MPS na Europa. Para maximizar os impactos e a eficácia dos planos de acção e as estratégias para a implementação da Resolução 1325 (1820, 1888 e 1889), é preciso incluir um conjunto de normas mínimas: metas específicas e realistas, objectivos e acções prioritárias; cronogramas; um orçamento dedicado; indicadores, benchmarks e alvos; linhas claras de responsabilidade para indivíduos específicos, unidades ou funções específicas, governamentais e não-governamentais; um mecanismo de relatórios e de monitorização transparente, e orientado para os resultados, que inclui uma taskforce de alto nível / comissão de avaliação e um sistema de seguimento de fundos alocados para a implementação; e mecanismos para a participação da sociedade civil na implementação, monitorização e revisão do plano ou estratégia. Os planos de acção e as estratégias devem ter uma certa flexibilidade, para que as situações/condições imprevistas, ou não antecipadas possam ser identificadas e respondidas quando o Framework estiver lançado.

- Indicador de sucesso: em Outubro de 2011 todos os planos de acção e estratégias de MPS na Europa precisam de incluir metas específicas e realistas, objectivos e acções prioritários; cronogramas; um orçamento específico, indicadores, benchmarks e alvos, linhas claras de responsabilidade para indivíduos, unidades ou funções específicos, um mecanismo de relatórios e monitorização, assim como mecanismos sólidos de (a) participação na sociedade civil.

3. Incluir as organizações da sociedade civil no desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação (M&E) dos planos MPS

As organizações da sociedade civil (OSC), incluindo organizações de mulheres, grupos de sobreviventes e diásporas, em Bruxelas, nos estados membros da UE, e nos países afectados por conflitos devem ser envolvidas activamente em todo o processo, no desenvolvimento, na implementação, na monitorização e revisão dos planos de implementação de MPS, e em outros processos que potencialmente visam, ou têm como alvo MPS (tal como o desenvolvimento dos Documentos de Estratégia de Países) – ao nível técnico, mas também nos fóruns políticos de alto nível. Partilhar informação e consultar as organizações da sociedade civil aumenta a relevância da acção e pode conduzir a processos de monitorização mais fortes. Nos planos de acção ou estratégias, os mecanismos de participação da sociedade civil precisam de ser detalhados e institucionalizados pela identificação da unidade ou departamento responsável pela implementação. É preciso ter apoio financeiro para que as organizações sejam capazes de assumir esta tarefa, e para continuarem a desenvolver capacidades e perícia. É importante fornecer fundos específicos para apoiar a participação de mulheres dos países afectados por conflitos nos processos europeus, como reuniões da EU task force da UE de MPS (ver ponto 8). As delegações da UE nas áreas de conflito precisam de partilhar informação e consultar as organizações da sociedade civil regularmente, incluindo os grupos locais de mulheres, em particular durante a preparação do relatório anual de MPS. As consultas da sociedade civil devem ser inclusivas, transparentes e anunciadas com antecedência, para permitir a preparação adequada. A UE poderia também organizar uma semana anual, na qual as mulheres líderes na área da paz são consultadas, semelhante ao *UN Global Open Day for Women and Peace*, seguida por/de relatórios das delegações e follow-ups.

- Indicador de sucesso: pelo mês de Outubro de 2011 existe uma consulta significativa e regular entre os grupos de implementação dos planos de acção / estratégias e as organizações da sociedade civil, as de Bruxelas e as de fora, e existem fundos disponíveis para este objectivo.

4. Incluir indicadores significativos e mecanismos de M&E nos planos de acção e estratégias de MPS

Para assegurar que as medidas estipuladas nos planos de acção e estratégias sobre MPS, ao nível europeu e ao nível dos estados membros, conduzam à implementação da RCS 1325 e os compromissos relacionados, os planos e estratégias de MPS precisam de indicadores significativos, que avaliem igualmente o impacto nas áreas de conflito. Os indicadores deverão olhar para os factores habilitantes, input (como meios e recursos), processos, outputs e resultados. O desenvolvimento dos indicadores deverá ser parte integral do processo de elaboração de todos os planos de acção e estratégias sobre MPS. Num desenvolvimento bem-vindo, a UE incluiu uma referência aos indicadores elaborados nas Nações Unidas, numa decisão recente do Conselho: quando for adequado, estes indicadores deverão ser usados.

Os indicadores devem ser aliados a bons mecanismos de monitorização e avaliação (M&A) e é preciso recolher dados de base. Os mecanismos de M&A deverão ser claramente descritos nos planos de acção ou estratégias de MPS. A boa monitorização requer clareza em relação às responsabilidades ao nível da colecta de dados e

relatórios. A UE deverá também assegurar que orçamentos específicos sejam disponibilizados para M&A – é uma boa prática reservar entre 5-10% do total do orçamento. A monitorização deverá ser feita ao nível nacional, regional e global. Além disso, a UE precisa de reconhecer que a sociedade civil, quando possui tempo e recursos adequados, e está realmente incluída no processo, pode desempenhar um papel construtivo na monitorização e avaliação da implementação dos compromissos de MPS.

- Indicador de sucesso: pelo mês de Outubro de 2011 cada plano de acção e estratégia de MPS na Europa deverá incluir indicadores significativos, benchmarks e alvos, ligados a mecanismos de relatórios e monitorização transparentes e bem financiados.

5. Alocar recursos específicos de MPS (financeiros e humanos)

É preciso alocar recursos suficientes para a implementação dos compromissos MPS, incluindo recursos financeiros e humanos. Quanto aos recursos financeiros, a UE (e os estados membros) deverão alocar financiamento adequado para apoiar a participação de mulheres nos processos ligados à paz e segurança. Este poderá incluir o uso do componente a longo prazo do “Instrumento de Estabilidade to support SCR1325”. A UE precisa de continuar a priorizar MPS nos programas de financiamento e precisa de fazer pleno uso dos seus instrumentos de financiamento existentes para apoiar a agenda da RCS 1325. Em particular precisa de destinar sistematicamente alocações para MPS em todas as decisões financeiras ligadas ao “Instrumento de Estabilidade”, para dar resposta a crises específicas (componente a curto prazo). Os instrumentos de desenvolvimento da UE deverão também dar prioridade ao apoio ao trabalho das organizações de mulheres nas áreas de conflito. Os doadores precisam de garantir, que o financiamento beneficia as organizações de mulheres nas áreas afectadas por conflitos. É preciso haver financiamento disponível para consultas. Os planos de acção ou estratégias de MPS deverão, por sua vez, incluir provisões concretas de financiamento, incluindo para M&A.

No que aos recursos humanos diz respeito, é necessário aumentar o número de pessoal sénior, “single-hatted” que trabalha em questões de género ao nível da União Europeia e das instituições e estruturas dos estados membros, para ter a capacidade necessária, os recursos, a fiscalização e a autoridade necessárias, para continuar a implementar eficazmente a 1325 e outros compromissos MPS.

O pessoal de género não pode ser deixado a trabalhar num vácuo. Conselheiros de género competentes, a trabalhar a tempo inteiro devem ser incluídos nas delegações da UE e nas missões e operações do PDSC. Além disso o Serviço Europeu de Acção Externa deverá incluir uma unidade temática de género. É preciso haver formação de qualidade, para assegurar a experiência de género em todos os níveis da acção externa da União Europeia (ver ponto 7).

- Indicadores de sucesso: recursos financeiros: Os instrumentos de relações externas no quadro da próxima perspectiva financeira incluem uma referência clara à implementação da RCS 1325; às questões de MPS, é-lhes dada prioridade nos programas anuais de acção dos instrumentos actuais para 2011

e além. Recursos humanos: Pelo mês de Outubro de 2011 o número do pessoal de género sénior, single-hatted aumenta na UE.

6. Nomear uma alta-representante de mulheres, paz e segurança

Uma função de alto nível de liderança (possivelmente de Representante Especial da UE) sobre mulheres, paz e segurança deveria ser criada ao nível da União Europeia. Esta pessoa é para ser encarregada de coordenar, assegurar a consistência das políticas e actividades, monitorizar a implementação dos compromissos, e facilitar a troca de boas-práticas na área de MPS ao nível europeu. A alta-representante tem de ser nomeada por mérito. Além disso, para desempenhar a sua função, deverão lhe ser fornecidos recursos suficientes, competências e mandatos, incluindo um gabinete de apoio MPS. Deverá haver uma ligação directa entre o ponto focal MPS e a Alta ou Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, bem como com outro pessoal de alto nível, que trabalha em áreas relevantes ao nível da União Europeia e dos estados membros. A ou o representante MPS deverá também trabalhar em cooperação próxima com o Instituto Europeu de Igualdade de Género. Além disso, a ou o alto representante deverá presidir a Task Force MPS da UE (ver ponto 8). Posições semelhantes podem também ser criadas no nível dos estados membros.

- Indicador de sucesso: Pelo mês de Outubro de 2011 existe uma ou um alto representante da UE de MPS, encarregado de monitorar e reportar sobre a implementação da resolução 1325, e apoiado com recursos financeiros e humanos adequados.

7. Garantir que o Serviço Europeu de Acção Externa contribui para a promoção da implementação da Resolução 1325 e as Resoluções relacionadas, e que funcione conforme os compromissos MPS

O novo Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE) deverá continuar a contribuir para a implementação da RCS 1325 e dos compromissos relacionados. Mainstreaming de género é só parte da resposta. O SEAE também precisa de uma ou um alto representante para MPS, com uma unidade ou um gabinete específico ligada a ela/ele. Além disso, pessoal encarregado das questões de género deverá ser de posição mais elevada e “single-hatted”, para ter os recursos necessários, a fiscalização e a autoridade para continuar a implementação dos compromissos MPS. As delegações da União Europeia têm um papel chave a desempenhar na monitorização da implementação da RCS 1325 e as resoluções relacionadas nos seus países, e em informar e consultar as organizações locais da sociedade civil. Cada delegação deverá incluir um ponto focal de género. Para mais, o número de mulheres e homens nas posições mais altas no SEAE deverá ser igual. Neste sentido as quotas de género e alvos são necessários para os cargos superiores da União Europeia, e uma quota geral de 50% é altamente recomendada. A atenção específica para a construção de paz e a prevenção de conflitos é também importante para a aprofundamento da agenda 1325. O compromisso central da União Europeia para a prevenção de conflitos violentos, e

para a construção de uma paz sustentável é uma oportunidade de criar um novo tipo de política externa normativa, capaz de desenvolver um trabalho construtivo com os atores não-estatais, e de assegurar a participação elevada das mulheres em todas as iniciativas de paz e segurança, em mecanismos de prevenção e resolução de conflitos, em negociações, em implementações de mecanismos de acordos de paz e como representantes especiais da União Europeia.

- Indicador de sucesso: dos 10 cargos superiores do SEAE 5, deverão ser dados a mulheres; pelo mês de Outubro de 2011 pelo menos uma ou um assessor de género a tempo inteiro, com recursos adequados, e ligada/o directamente ao pessoal de alto nível, e incluída/o em cada delegação da UE.

8. Reforçar a Task Force sobre MPS da União Europeia, para promover a coordenação e implementação

A Task Force da União Europeia sobre Mulheres, Paz e Segurança (TF), que foi estabelecida pela Abordagem Global da UE, tem uma importância muito alta em facilitar a implementação coordenada dos compromissos MPS ao nível da União Europeia. Este papel deverá ser reforçado, por exemplo por ter uma ou um representante de MPS de alto nível da UE a presidir as reuniões, com a participação da ou do alto representante quando for adequado. A TF deverá desempenhar a revisão paritária da adopção e implementação dos planos nacionais de acção dos estados membros da União Europeia. A TF poderá também desempenhar um papel crítico em aplicar uma análise sistemática de género aos mandatos e actividades principais das missões e operações da PDSC, bem como ao trabalho das delegações da UE nos países afectados por conflitos. Os estados membros deverão dar prioridade a atender as reuniões da TF em Bruxelas. A sociedade civil baseada em Bruxelas e além, deverá ser informada e consultada regularmente pela TF. É preciso disponibilizar financiamento para apoiar os/as representantes da sociedade civil, incluindo os/as de países afectados por conflitos, para participar em cada segunda reunião da TF.

- Indicador de sucesso: pelo mês de Outubro de 2011 existe uma consulta regular e significativa entre a Task Force da UE sobre MPS, e as organizações da sociedade civil de Bruxelas e além.

9. Assegurar a implementação dos compromissos de MPS nas missões PDSC

MPS e mainstreaming de género precisam de ser considerados como prioridade das missões da PDSC da UE, e não como uma questão de “marcar a caixa”. Os mandatos precisam sempre incluir referência à implementação da RCS 1325. Na preparação dos mandatos das missões, é sempre preciso consultar uma perita ou um perito de género. Além disso cada missão deverá ter unidades de consultores de género competentes, adaptados à dimensão da missão, para estabelecer processos, que asseguram, que a análise de género seja aplicada, e a participação das mulheres seja institucionalizada em todos os aspectos do seu trabalho. A perícia de género deverá estar no lugar próprio, logo no início, para garantir que o plano de acção de género esteja pronto aquando da data de início da missão. As e os conselheiros de género precisam de ser

ligadas e ligados directamente às e aos Chefes de Missão e outro pessoal superior. Além disso as missões deverão ter processos adequados de denúncia pública, o que ajudaria particularmente a denunciar a violência sexual e baseada no género. A avaliação semestral das missões PDSC deverá incluir um relatório detalhado sobre questões de mulheres, paz e segurança. Além disso as missões da UE precisam de informar e consultar as organizações da sociedade civil, em particular os grupos de mulheres locais. Devem também de incluir mulheres nas missões, incluindo as em posições mais altas, se for necessário através da introdução de quotas. É igualmente necessário reiterar o papel importante dos estados membros na promoção da implementação, já que são eles responsáveis por nomear mulheres para os cargos superiores, para as formações pré-deployment, a punição de violência sexual e baseada no género e planear mandatos de missões. De uma forma geral a UE precisa de aumentar os recursos, perícia e liderança, que dispõe para missões civis, que também promoverá a implementação dos compromissos MPS.

- Indicadores de sucesso: pelo mês de Outubro de 2011 pelo menos uma ou um consultor de género, com recursos adequados, directamente ligada/o ao pessoal superior da missão, é incluída/o em cada missão e operação PDSC.

10. Preparar um relatório anual sobre a implementação dos compromissos MPS em Europa

Um relatório europeu específico e detalhado, sobre a implementação dos compromissos MPS na União Europeia deverá ser preparado no mês de Outubro de cada ano. O relatório anual MPS deverá ir à alta-representante ou ao alto-representante MPS (ver ponto 6) e o Conselho, incluindo uma apresentação formal à Comissão de Política e Segurança. Deverá ser apresentado também no Parlamento Europeu, parlamentos nacionais e no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Este relatório deverá incluir informação sobre como a UE (e os estados membros) têm concretamente tentado promover a implementação da 1325 (1820, 1888 e 1889) durante o ano anterior. Deverá ser preparado pela Task Force de MPS (ver ponto 8), com as contribuições dos estados membros e da sociedade civil. Os estados membros deverão partilhar os seus relatórios anuais com a Task Force. Os indicadores elaborados recentemente podem ser usados na implementação da Abordagem Global da UE e no documento complementar da PDSC. Contudo, é preciso expandi-los para a promoção da avaliação das mudanças na protecção e no empoderamento de mulheres em situações de conflito e pós-conflito. O Instituto Europeu de Igualdade de Género deverá desempenhar um papel de apoio em relação ao desenvolvimento de indicadores e à colecta de dados. As delegações da União Europeia deverão fornecer detalhes sobre a implementação nos países respectivos, em consulta com organizações locais da sociedade civil.

- Indicador de sucesso: pelo mês de Outubro de 2011 um primeiro e abrangente relatório da União Europeia, sobre a implementação dos compromissos MPS, é preparado.

As seguintes organizações subscreveram este documento:

1325 Network of Finland

ANIMA – Center for Women's and Peace Education, Montenegro

Antalya Kadın Danışma ve Dayanışma Merkezi, Turkey

Association des Femmes de l'Europe Méridionale (AFEM)

Belgrade Fund for Political Excellence, Serbia

Berghof Conflict Research

CARE International

Catholic Organization for Relief and Development (CORDAID), The Netherlands

CEE Network for Gender Issues

Civil Society Conflict Prevention Network KATU

Club de Madrid

Coalition for Gender Equality in Latvia

Conciliation Resources

Conseil des Femmes Francophones de Belgique

Coordination française pour le lobby européen des femmes (CLEF), France

Cyprus Women's Lobby

Cypriot women's NGO Hands Across the Divide

Czech Women's Lobby

Democratic Union of Women, Poland

European Centre for Conflict Prevention (ECCP)

Engender, Scotland, UK

European Women's Lobby

Federation of Kalé, Manouch, Romany & Sinté Women

Federation Polish Women's Lobby

FOKUS (Forum for Women and Development)

Gender Project for Bulgaria Foundation

German Women Security Council

Gunda-Werner-Institute, Heinrich Böll Foundation

ICCO

IFOR Women Peacemakers Program (IFOR/WPP)

Institute for Gender Studies, Malta

International Alert

International Crisis Group

Journalists for children and women rights and protection of environment in Macedonia

Ka-Der Ankara, Turkey

Kerk en Vrede, The Netherlands

Kosova Womens Network

Kvinna till Kvinna

LEF Italia

Life & Peace Institute

Macedonian Women's Lobby

National Women's Council of Ireland

National Council of German Women's Organizations

National Council of Women of Belgium (Dutchspeaking)/ Nederlandstalige Vrouwenraad

NEAG Alternatieven voor Geweld / Alternatives to Violence

Netherlands Council of Women / Nederlandse Vrouwen Raad (NVR)

Netherlands YM Religious Society of Friends (Quakers)

NIWEP (Northern Ireland Women's European Platform)

Operation 1325, Sweden

Oxfam Novib

Pax Christi International

People Building Peace Nederland

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

Platform Vrouwen en Duurzame Vrede, The Netherlands

Quaker Council for European Affairs (QCEA)

Regional Open Network for Peace (Otvorena mirovna mreža - OMM)

Search for Common Ground

Stichting Eigen Kracht Centrale, The Netherlands

Stichting World Peace is Possible, The Netherlands

Swedish Women's Lobby

swisspeace / Center for Peacebuilding

TERRE DES FEMMES

The 1.6 million club for women's health,
Sweden

The International Council of Jewish Women

Trócaire

University Women of Europe

Women's International League for Peace and
Freedom (WILPF)

Women's NGOs Cooperation Network of Latvia

Women in Church of Sweden

World Organisation Against Torture (OM

Para mais informação contactar:

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

www.plataformamulheres.org.pt

plataforma@plataformamulheres.org.pt